



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mesa coordenada O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções

REFERÊNCIAS POLÍTICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO E DO SERVIÇO SOCIAL RADICAL NA EUROPA E EUA

CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS¹
VIRGÍNIA ALVES CARRARA²
MARIA CARMELITA YAZBEK³
ALCINA MARIA DE CASTRO MARTINS⁴
ANTONIANA DIAS DEFILIPPO BIGOGNO⁵

Resumo: Esta proposta é parte da pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”. Nossa abordagem trata a história recente do Serviço Social Ibero e Norte-americano (1960-1980), identificando os vínculos do Serviço Social Crítico e Serviço Social Radical com os movimentos contestatórios desse período e seus impactos na crítica ao Serviço Social tradicional, na elaboração de novas referências ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas. Nesta apresentação centramos na Espanha, Portugal e no Serviço Social Radical ocorrido no referido período nos EUA em sua relação com o SSR da Inglaterra.

Palavras Chave: Serviço Social; Movimentos Contestatórios; Interlocuções Internacionais.

Abstract: This proposal is part of the research "the Social Work Reconceptualization Movement in Latin America (Argentina, Brazil, Chile and Colombia): Historical determinants, International interlocutions and Memory". Our approach deals with the recent history of the Ibero and North American social work (1960-1980), identifying the links of the critical social work and Radical social work with the protest movements of that period and its impacts on the criticism of the Traditional Social Work, in the elaboration of new ethical-political, theoretical-methodological and technical-operative references. In this presentation we focus on Spain, Portugal and the Radical Social Work that occurred in the US period in its relationship with the SSR of England.

Key Words: Social Work; Protest Movements; Internacional Interlocutions.

1- Introdução

O estudo ora apresentado se insere na pesquisa intitulada “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil,

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: <cmonicasantos@gmail.com>.

² Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto.

³ Professora com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴ Professora com formação em Serviço Social. Instituto Superior Miguel Torga.

⁵ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória” – em desenvolvimento pela articulação de uma rede internacional de pesquisa em fundamentos do Serviço Social. A mesma é composta por, aproximadamente, quarenta pesquisadores de distintas instituições universitárias latino-americanas e europeias. O objetivo geral da pesquisa é compreender os movimentos contestatórios na Europa e América do Norte expressos no Serviço Social Crítico e Serviço Social Radical, no lapso temporal das décadas de 1960-1980, considerando suas particularidades, antecedentes, expressões, desdobramentos e a relação com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

A particularidade do foco de nosso estudo, nesta ampla pesquisa, circunscreve-se a identificar as referências políticas e teórico-metodológicas “críticas” do Serviço Social, simultaneamente, em sua particularidade e em seus nexos com os movimentos contestatórios na Europa ibera e América do Norte expressos no Serviço Social Crítico e Serviço Social Radical (SSR), e com o “Movimento de Reconceituação Latino-Americano” (MRLA), no período de 1960-1980, considerando suas particularidades, antecedentes, expressões e desdobramentos. Nossa ênfase no âmbito desta pesquisa circunscreve-se a Portugal e Espanha, e aos EUA e Canadá (1960-1980).

Nesta direção sabemos que tanto na América do Norte como na Europa ibera houve movimentos contestatórios reformistas ou revolucionários que influenciaram o serviço social nesses países, abrindo novos horizontes e novas vinculações ético-políticas. Nossa pesquisa pretende apreender esse processo e identificar sua implicação para o serviço social e os níveis dessa implicação. Indagamos se houve nesse processo interlocuções entre o movimento de reconceituação latinoamericano e os movimentos contestatórios e suas implicações no serviço social nesses países. E, ainda, buscamos compreender o contexto em que emerge esse debate, quais são suas origens, se há relação entre essas expressões e os movimentos contestatórios do período, em quais canais essa perspectiva se expressa (formação ou produção acadêmica, exercício profissional), o que estão considerando por serviço social crítico e/ou serviço social radical (SSR), a natureza e conteúdo dessa crítica (SANTOS,

EIRAS, 2017), bem como, debater sobre a interlocução do Serviço Social Crítico e Radical Inglês e Norte-Americano.

Conforme Yazbek, Eiras e Santos (2017), uma das questões centrais em nossa abordagem nesta pesquisa remete ao processo de reprodução social no âmbito das sociedades capitalistas. É necessário considerar: a) nesse período ocorre a consolidação do capitalismo como modo de produção/reprodução global, vinculada à hegemonia do capital financeiro e à reorganização da produção e do mercado internacional, motivada pela crise no padrão de acumulação taylorista-fordista e fordista-keynesiano; b) a falência progressiva do “socialismo real” na URSS até à sua dissolução em 1989; c) a reorientação do regime comunista Chinês e o isolamento de Cuba enquanto um regime socialista; d) as diferenças na inserção econômica dos países ibero-europeus, dos países norte-americanos e latino-americanos no capitalismo internacional em um período de crise do padrão de acumulação e de consolidação da hegemonia do capital, com sua centralidade na organização econômica do planeta.

O período que estamos analisando envolve uma complexidade analítica, que nos exige entender o processo em sua totalidade. Da perspectiva latino-americana, o “boom” do desenvolvimentismo se esgota, demonstrando a fragilidade deste desenvolvimento industrial subordinado e periférico. A teoria da dependência analisou bem o fenômeno ao caracterizar o lugar da América Latina no capitalismo internacional. A tônica dos movimentos e lutas sociais na América Latina produziu uma convergência “anti-imperialista” (anti-EUA), que se expressou em várias disputas pela hegemonia na condução do projeto societário.

Na Europa ibera a situação é diferente. Portugal e Espanha viveram longo período na condição de potências “colonizadoras”, explorando as colônias na América, na África e na Ásia. Entretanto, o período em tela destaca a presença de ditaduras civis ou militares no Brasil, no Chile, na Argentina, em Portugal e Espanha.

Nos EUA, embora na condição de potência hegemônica, há um conjunto de lutas internas, que expressam as contradições sociais próprias desta

sociedade, tais como: o movimento dos direitos civis dos negros nos EUA; o movimento de liberação das mulheres; a frente de liberação dos homossexuais.

A crise do modelo de acumulação taylorista-fordista afeta os EUA, mas, a resposta não foi um estado autoritário. Desloca-se a ajuda ao terceiro mundo – projeto desenvolvimentista – para o controle civil-militar para a repressão, reforçando a convergência anti-imperialista e anti-EUA nos movimentos e lutas sociais progressistas.

No final da década de 1980 há uma derrota dos movimentos nacionalistas e progressistas com submissão à hegemonia capitalista e ao domínio do capitalismo financeiro. O Projeto Socialista enquanto alternativa ao Capitalismo também foi derrotado. Em termos político-partidários e político-ideológicos, não se coloca a defesa de um projeto que antagonize com o capitalismo.

Conforme referimos destacam-se na década de 1960, os eventos que ficaram conhecidos como “maio de 1968” – em 2018 vem sendo comemorado na Europa seus 50 anos –, protagonizados pelos jovens estudantes em diferentes países. De acordo com o autor,

Se houve um momento, nos anos de ouro, posteriores a 1945, que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando os estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental. Estava longe de ser a revolução, embora fosse consideravelmente mais que o ‘psicodrama’ ou ‘teatro de rua’ descartado por observadores velhos e não simpatizantes como Raymond Aron. Afinal, 1968 encerrou a era do general De Gaulle na França, de presidentes democratas nos EUA, as esperanças de comunismo liberal na Europa Central comunista e (pelos silenciosos efeitos posteriores do massacre de estudantes de Tlatelolco) assinalou o início de uma nova era na política mexicana. O motivo pelo qual 1968 (com seu prolongamento em 1969 e 1970) não foi a revolução, e jamais pareceu que seria ou poderia ser, era que apenas os estudantes, por mais numerosos e mobilizáveis que fossem, não podiam fazê-la sozinhos (HOBBSAWN, 1996 p. 292-293).

Nesta direção, esta comunicação traz, a seguir, resultados parciais da pesquisa no que se refere aos estudos realizados, até a presente data, quanto aos países: Espanha, EUA e Portugal, bem como, a relação entre o SSR dos EUA / Inglaterra.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O SERVIÇO SOCIAL RADICAL NOS EUA E SUA CONEXÃO COM O SERVIÇO SOCIAL RADICAL NA INGLATERRA

Em nível mundial, no âmbito do Serviço Social, desconhecemos um movimento da amplitude e organicidade igual ao MRLA. Mas, conhecemos no campo das produções e elaborações teóricas desse período, referências e posicionamentos profissionais críticos ao capitalismo, aparentemente, alinhados com os processos e movimentos contestatórios existentes naquele momento.

Para Healy (2001), a perspectiva crítica esteve presente nos Estados Unidos, Europa e Austrália, desde o nascimento do TRABALHO SOCIAL embora as Teorias práticas críticas se destacassem nos anos de 1960 em uma conjuntura de massiva agitação social e econômica que acompanha a globalização e o abandono em grande escala do Estado de Bem-Estar Social.

Os antecedentes intelectuais do “serviço social crítico”, ainda, segundo essa autora, são diversificados: recorrem a um amplo conjunto de teorias sociais críticas, que vão desde as teorias feministas, ao marxismo, ao desenvolvimento comunitário, a teoria radical da educação de Paulo Freire (1970), à antipsiquiatria, à sociologia radical, à teologia da libertação, etc Essas deram origens a diferentes modelos, considerados críticos: serviço social anti-racista e multicultural, anti-opressor e anti-discriminativo, feminista e Serviço Social Radical (HEALY, 2001 apud SANTOS, EIRAS, 2017).

Em 1975 a publicação da coletânea Serviço Social Radical, contendo trabalhos diversos, editada por Assistentes Sociais da academia, foi preponderante. O fio condutor da discussão foi a preocupação com o modo pelo qual as abordagens de Serviço Social de caso individualizavam e patologizavam os clientes, assim como ignoravam os fatores estruturais que contribuíam para os seus problemas. O Serviço Social radical era definido, então, como o “entendimento da posição dos oprimidos no contexto da estrutura social e econômica em que eles vivem” (SANTOS e MARTINS, 2016).

Sobre a composição do SSR, Malcon Payne (1995), afirma que há três posições marxistas no Serviço Social radical: a progressiva, a reprodutiva e a

contraditória. Para a primeira o Trabalhador Social é um agente de mudança positivo e o assistente social tem por papel a promoção da ação coletiva e a elevação da consciência. Os autores de referência dessa vertente são Galper, Bailey e Brake. A posição reprodutiva considera os assistentes sociais como agentes de controle de classe e como tal contribuem para a opressão da classe trabalhadora pela sociedade capitalista. Já a posição contraditória assume que os assistentes sociais são agentes de controle social que, contraditoriamente, contribuem com as capacidades da classe trabalhadora e oferecem conhecimentos e o poder do Estado a seus “clientes”, ou seja, essa contradição pode contribuir com a revolução. Nesta posição se encontram Corrigan e Peter Leonard.

Já Mullaly (1998) afirma que o SSR critica o Serviço Social tradicional, pelo fato deste patologizar a opressão da população, oferecendo explicações individualistas para os problemas sociais. Para ele o SSR tem três tendências, sustentadas em escolas tradicionais do pensamento socialista: social democracia, marxismo revolucionário e marxismo evolucionista.

O grupo “socialdemocrata” concorda que o estado deve “prover o mínimo de vida” e pode promover uma maior equidade e justiça social, sendo um patamar para uma sociedade socialista. Para eles, o conflito social deriva de várias fontes, incluindo, questões de gênero, raça, estatuto econômico e religião, todos relevantes para a estratégia de transformação social. Os “marxistas revolucionários” acreditam que o estado de bem estar promove a sobrevivência e não a transformação, devendo-se trabalhar também fora do sistema, apoiando os grupos pelos direitos de bem estar, cooperativas, grupos de auto-ajuda e outras alternativas de serviços e organizações para a mudança do capitalismo. Nessa concepção o conflito de classes é a fonte fundamental para a opressão na sociedade capitalista. Reconhecem outros conflitos, mas, esses podem ser resolvidos no interior do capitalismo, enquanto o de classes não. A tendência expressa no “marxismo evolutivo” aproxima-se do grupo socialdemocrata. Eles consideram que os Assistentes Sociais devem trabalhar dentro do sistema, mas separar as forças para a mudança socialista das forças que preservam o capitalismo. Concordam com os marxistas revolucionários acerca do conflito de classes enquanto fonte principal para a opressão na

sociedade capitalista, mas, incluem o gênero, a raça, idade e outros como fontes secundárias de opressão e que devem ser incluídos em qualquer estratégia para a transformação social.

Até o presente momento, no que se refere ao Serviço Social Radical na Inglaterra, numa interface com o Serviço Social Crítico/Radical nos Estados Unidos, temos nos debruçado sobre a leitura da literatura às quais tivemos acesso, com autores brasileiros, ingleses e norte-americanos. Muitas das referências que acessamos estão somente na língua inglesa, com algumas poucas traduzidas para o português e espanhol.

O recorte histórico no qual estamos desenvolvendo a pesquisa (1960-1980), conforme já explicitado aqui, tem sua significância por conta da efervescência política, econômica e social do período, resultado das transformações societárias imersas em mais uma crise do capital, do que permitiu uma reorganização da classe trabalhadora em busca de manutenção dos seus direitos, nas diferentes particularidades. Neste mesmo período, surgem novas possibilidades de direção política e histórico-metodológica no Serviço Social, guinadas pela crítica à prática tradicional desenvolvida até então, de caráter conservador e de controle da classe trabalhadora.

Numa primeira aproximação com esta literatura, identificamos alguns aspectos que mostram uma certa convergência do SSR nesses dois países. Merecem destaque: A) Contextualização das décadas entre 1960-1980: os autores desenvolvem críticas ao capitalismo e sobre a agudização de suas contradições, com produção acentuada de desigualdades sociais e esfacelamento dos acordos do Estado de Bem Estar Social; B) Surgimentos de vários movimentos sociais de resistência, com várias bandeiras de luta: movimento feminista, movimentos étnico-raciais, movimentos pela manutenção dos direitos sociais, ações afirmativas, e contra repressão, etc; C) Crítica à sociedade capitalista, numa aproximação com a teoria marxista via Ernest Mandel, Vladimir Lênin, com *O Imperialismo*; Paulo Freire, com *Ação Cultural para a Liberdade*, Gramsci, ; e de fontes marxianas, com o *Manifesto do Partido Comunista*, *A Ideologia Alemã*. C) Influência do Partido Comunista (tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra); D) Crítica ao Serviço Social tradicional, na justificativa de que sua prática não trazia respostas à classe

trabalhadora; E) Certa negação do caráter político do trabalho profissional nas instituições (ou seja, uma não compreensão do caráter contraditório da própria profissão); F) Reconhecimento da profissão enquanto parte da classe trabalhadora (identificação com as demandas dos *clientes*); G) Identidade radical atrelada à esquerda militante.

2.2 ESPANHA

Os processos de mudanças econômicas, sociais e políticas da segunda metade do século XX estão intrinsecamente associados à construção da profissão, sua evolução e transformação, ou seja: as lutas pela liberdade e democracia, o movimento estudantil e obreiro na realidade espanhola impactaram a profissão, revelando-se como um dos múltiplos determinantes que levaram os assistentes sociais a questionar e refletir sobre as práticas profissionais ligados ao modelo de benéfico-assistencial, ao mesmo tempo em que fazem contato com o Movimento de Reconceituação da América Latina.

Como resultado de nossa investigação, destacamos os artigos e relatórios produzidos pelos Congressos e Jornadas de Trabalhadores Sociais que se iniciaram na década de 1960 e que têm especial importância nos anos 70 com a *crise da profissão*. Ressaltamos, especialmente, o *Seminário de Manresa* (1971), o *Seminário de Los Negrales* (1972) e a *VI Jornadas de Levante* em 1975; publicações como a *Revista de Treball Social (del Col·legi Oficial de Treball Social de Catalunya*, cuja primeira edição remonta a 1969, e as obras: *Método Básico de Trabajo Social* (1973) e *El Trabajo Social que yo he vivido* (2009), ambas elaborações de Monserrat Colomer.

No contexto da década de 1960, a indústria e os serviços cresceram rapidamente na Espanha, produzindo um importante êxodo rural para os centros industriais, ao mesmo tempo que tem lugar uma importante emigração para o exterior e a incorporação massiva de mulheres ao trabalho. A Espanha viverá, a partir do final dos anos 60, uma crise crescente da ditadura franquista, sustentada sob o domínio do exército como garantia de ordem, com forte influência da religião católica em sua fração conservadora, a propriedade e a unidade nacional como valores e estratégias de coerção e coesão da sociedade espanhola (MUNIESA, 2005). Contudo, isso não impediu a

existência de lutas e resistências por parte dos setores mais combativos do movimento obreiro (MATTOS e VEGA, 2014). Espanha se encontrava atrasada social e economicamente, com uma população pobre, sem acesso aos direitos sociais, dependente exclusivamente da caridade e do auxílio social (assistência social organizada pelo franquismo, tendo a *seção feminina* do partido falangista no papel de administrá-la), ao mesmo tempo que na Europa Ocidental, se forjava o Estado de Bem-Estar Social.

A intensificação das lutas pela liberdade e democracia nos anos de 1970, com o declínio da ditadura e a impossibilidade de conseguir um substituto à altura de Franco, representam alguns dos elementos que comparecerão no processo de "transição democrática", com o papel fundamental dos partidos de esquerda, e especialmente o Partido Comunista Espanhol, PCE. Em 1975, Juan Carlos foi proclamado Rei em uma sociedade que buscava restabelecer a democracia e o Estado de Direito.

O Serviço Social na Espanha se expande a partir dos anos 60, De acordo com COLOMER (2009), em 1957 havia de seis escolas de Serviço Social, e em 1964 contabiliza-se 32. Também nesses anos se reconhecem os estudos como técnico de grau médio por parte do estado, com o importante papel da *Federación Española de Escuelas de la Iglesia de Servicio Social* (COLOMER, 2009).

No período em tela, promovem-se eventos que contam com a presença de expoentes latino-americanos, como Ander-Egg, Kerman Kruse, Natalio Kisneram, e os brasileiros Paulo Freire e Nadir Kfourri. Em 1968, se realiza o Congresso de Barcelona, onde no meio dos debates sobre repensar a formação e a reivindicação de sua transformação em uma carreira universitária, tematizam sobre a necessidade de aprovação de um código de ética e aí se altera a denominação profissional de Assistente Social para Trabalhadora Social.

São tempos de questionamento do modelo benéfico-assistencial em que a situação de inexistência dos serviços sociais da administração pública, como descreve Feu (2007, p.179), não se alterará até praticamente os anos 80. Até aqueles anos, o trabalho dos assistentes sociais se realizava em empresas, escolas e paróquias, destacando nos anos 1970 a implantação de

creches laborais impulsadas por plataformas sindicais e administradas pela Cáritas, em que trabalhavam as assistentes sociais da época (CARRARA, *et.ali*, 2018). O peso do fator religioso e do sistema político da época na formação dos assistentes sociais era evidente em muitas escolas, mas também já se fazia presente a aproximação de uma parte da profissão aos movimentos contestatórios, com a influência também do Movimento de Reconceituação da América Latina, como demonstrou o *Seminario de los Negrales* realizado em Madri em 1972, cujas propostas se assemelham ao documento produzido no Brasil nos conhecidos Seminários de Araxá e Teresópolis (CARRARA, *et.ali*, 2018). Destaca-se que na primeira apresentação deste Congresso de Madri é feita referência explícita à Reconceituação do Trabalho Social, assumindo o congresso em suas conclusões a definição de "*profesión como agente de cambio*" (FEU, 2007, p.184).

Nas VI Jornadas de Levante (1975) em Valência, denominadas "*El Trabajo Social dentro del proceso de cambio*" se encontram posições consideravelmente mais críticas, com discursos profissionais que resgatavam o pensamento social marxista, desde conteúdos que optavam pela mudança social e entendendo a conscientização como objetivo profissional, até a aposta pelo papel revolucionário da trabalhadora social, que supunha "el período de mayor influencia reconceptualizadora y radical en España en cuanto a propuestas de cambio social" (MORAN CARRILLO e DÍAZ JIMÉNEZ, 2016, p. 200).

O que se requeria por parte das trabalhadoras sociais era uma análise da realidade espanhola pela via do método dialético no qual se encontram citados especialmente a: Marx, Althusser, Mao Tse Tung y Lenin. O que se pretendia era desterrar a imagem de beneficência e assistencialismo do Serviço Social. Anteriormente, nas Jornadas que se desenvolveram em Palma de Mallorca em outubro de 1970, em plena crise da profissão e que levavam como título: "*Problemática actual del Asistente social en el ejercicio de la profesión*", se fala de: "profesión...imposible en las circunstancias actuales, en crisis y necesitada de Reconceptualización, señalando la estructura capitalista como el origen y, por tanto, culpable de la injusticia, la falta de educación, etc..." (COLOMER, 2009, p. 158).

Identificamos a coexistência de dois setores profissionais em 1970: um setor mais conservador e outro mais progressista. Conformados no primeiro caso por profissionais com orientações mais psicológicas, desde a defesa de um trabalho mais técnico e à margem da ideologia política, na manutenção de práticas benéficas tradicionais; e profissionais com orientações mais sociológicas expressando um trabalho mais politizado, comprometido com a defesa dos direitos e liberdades, e envolvido com movimentos de bairros, de vizinhos, vinculados a movimentos sociais, no segundo caso (DOMENECH et al., 1975, p. 113, in; VI JORNADAS DE LEVANTE). No âmbito deste segmento, em 1977, as Jornadas de Pamplona foram denominadas *Jornadas de la Reconceptualización en España* (MORAN CARRILLO e DÍAZ JIMÉNEZ, 2016, p. 202, 206).

Apesar dos avanços na década de 1980 – recorda-se que em 1981, um decreto classificou as escolas de Trabalho Social como escolas universitárias (COLOMER, 2009) - “ los 80 son un período relativamente pobre para los discursos del propio Trabajo Social. Aunque son años cruciales para su status profesional y académico” (BREZMEZ, 2008 en MORAN CARRILLO y DÍAZ JIMÉNEZ, 2016, p. 213).

Em resumo, deve-se destacar que a influência mais direta do Movimento de Reconceituação na Espanha foi com os setores mais progressistas, mais politizados da profissão, aqueles comprometidos com os movimentos sociais que lutam contra o franquismo e que tratam de combinar elementos ideológicos e científicos, desde uma ideia de compromisso profissional com a mudança social, e com a influência das teorias marxistas e revolucionárias da época, comprometidas com uma mudança política, e que chegarão à Espanha através de documentos e literatura profissional da América Latina, em congressos e jornadas, encontros de associações de assistentes sociais e escolas de formação. A influência mais importante em Espanha do processo da Reconceituação, se produz nas décadas de 1970 aos 1980, em um contexto onde se discute a crise da profissão, e em torno dos seguintes aspectos como elementos centrais da mesma (FEU, 2007): assistentes sociais como agente de mudança; a tomada de conscientização da população e a busca por uma metodologia mais integral da intervenção.

2.3 PORTUGAL

Em Portugal, os primeiros anos de 1970 viram acelerar os movimentos de oposição e resistência à ditadura, registrando-se um gradual envolvimento de assistentes sociais e de estruturas profissionais nesta contestação, como o Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS).

A estratégia de alargamento das bases de apoio nas eleições de 1969 e 1973, na oposição democrática, leva à aproximação do Partido Comunista Português aos católicos progressistas e independentes, sendo criado o movimento da Comissão Democrática Eleitoral (CDE). A CDE fará uma mobilização ao nível dos trabalhadores e das estruturas sindicais, constituindo as bases socioprofissionais. Assistentes sociais integraram este movimento, ao nível da comissão política, das bases socioprofissionais, passando a intervir na atividade sindical e a integrar as direções do SNPSS (Martins, 2017, p. 50). Com as Direções “progressistas” tem lugar a adesão do SNPSS às reuniões intersindicais, base da Intersindical Nacional, criada em 1970 (a atual Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses- Intersindical Nacional-CGTP), exigindo-lhes um posicionamento político. Esta participação vem reforçar a ação pioneira do sindicato no campo da negociação coletiva de acordos de empresa ou contratos coletivos de trabalho, nas empresas com assistentes sociais, e na definição das funções da Administração Pública, afirmando o Serviço Social como profissão. Os Assistentes Sociais reconhecem a sua condição de assalariados, aliando-se às lutas sociais dos trabalhadores.

O Sindicato estabelecerá uma interlocução com o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social Latino Americano (MRLA), convidando antes de 1974, um dos seus protagonistas, o uruguaio Herman Kruse, para ministrar curso, sendo a divulgação de textos semi-clandestina.

O SNPSS apoiou a participação ativa de assistentes sociais na Vigília da Capela do Rato, em 1972, onde foi aprovada uma moção contra a política colonial, repudiando a empreitada belicista portuguesa, seguindo-se uma greve de fome, gesto de solidariedade para com as vítimas da guerra colonial e os

povos em luta. A repressão que se seguiu atingiu, entre muitos outros, assistentes sociais que foram detidas e alvo de interrogatórios pela PIDE/DGS, processo disciplinar e demitidas da administração pública. Uma delas, dirigente do SNPSS, sairá para o Brasil vindo a frequentar o mestrado na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Quando regressa a Portugal, contribuiu para a divulgação de autores do MRLA, sobretudo do Chile, Argentina, Uruguai e Brasil.

Sendo escassa a bibliografia que chegava a Portugal fugindo ao controle da censura, a cooperação do Serviço Social brasileiro com o Serviço Social português, nomeadamente com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL), em meados de 1960 a 1970, leva a que esta escola faça a assinatura de “Debates Sociais”, do CBCISS, como o Documento de Araxá– Teorização do Serviço Social (1967), o Documento de Teresópolis – Metodologia do Serviço Social (1970), primeiras expressões de tendências do MRLA (Martins; Carrara, 2014, p. 218). Concomitantemente a este processo de politização, de afirmação do Serviço Social como profissão, é feita uma aproximação à pedagogia de Paulo Freire, a correntes do pensamento crítico, através do diálogo entre o cristianismo e o marxismo (MARTINS, TOMÉ, 2016, 371).

A Revista «Vértice», associada ao movimento do neo-realismo português e de inspiração marxista, em 1973, publica "Assistentes sociais: profissão em crise ou crise do serviço social?" (Vértice, 1973). Artigo que não é assinado e o primeiro, que se tem conhecimento em Portugal, que faz uma aproximação do Serviço Social à tradição marxista, ao resgatar o debate “Porquois Le Travail Social?”, após Maio de 1968, em França. À neutralidade do Serviço Social é contraposta a importância política do Trabalho Social nas “relações sociais capitalistas”, a contradição do profissional entre os interesses institucionais e os dos trabalhadores (MARTINS, 2017a).

A 25 de Abril de 1974 a ditadura é derrubada e o Serviço Social coloca-se na esteira da transição socialista, com assistentes sociais a participar nas diversas vanguardas da Revolução. O marxismo entrou abertamente nas universidades, sendo igualmente difundido nos Institutos de Serviço Social. Passou a integrar a bibliografia de disciplinas de diferentes áreas da formação, sendo adquiridas obras de autores marxistas para as bibliotecas. Igualmente,

registam-se obras de autores de ciências sociais, de correntes críticas e das tendências do MRLA, sobretudo da Argentina, do Chile e do Brasil.

Destaca-se a participação do exilado político brasileiro, José Paulo Netto enquanto professor de Serviço Social no ISSSL de 1976 a 1979, que contribuiu para a aproximação à tradição marxista na formação de estudantes e de profissionais e a divulgação das tendências do MRLA.

Em 1974 e 1975 estudantes e profissionais não aceitam ser chamados de assistentes sociais, associados à assistência e ao fascismo, identificando-se como “trabalhadores sociais”, na condição de assalariados no mercado de trabalho. A profissão passou a denominar-se nestes anos Trabalho Social (SANTOS, MARTINS, 2016, p. 115) e os profissionais designavam-se por trabalhadores sociais ou interventores sociais. Constituem-se Associações de Estudantes de Serviço Social que se tornam espaços de debate político, nomeadamente quanto ao lugar da profissão numa sociedade socialista. A revista “Pró-Intervenção Social”, da Associação de Estudantes do ISSSL divulga o pensamento crítico e as primeiras reflexões sobre o Serviço Social na transição de regime e na nova ordem. A mobilização estudantil faz-se também em torno do direito ao ensino público e a integração dos cursos de Serviço Social na universidade pública.

A par da reformulação dos currículos académicos regista-se o acompanhar de estudantes e assistentes sociais aos movimentos revolucionários, associando-se às lutas sociais. São disso exemplo, a participação de assistentes sociais em frentes da Revolução, destacando-se os movimentos de moradores, a reforma agrária, as ocupações de empresas e auto-gestão operária ou as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica promovidas pelo Movimento das Forças Armadas (SILVA, 2016).

O Serviço Social que se vincula a estes movimentos e a estas frentes afronta o Serviço Social tradicional e conservador registando-se influência de perspectivas críticas oriundas do MRLA. Os contributos e as tendências deste movimento no Serviço Social português, tiveram expressão primeiramente, ao nível da formação, mas também, ao nível da participação de assistentes sociais em programas, projetos, iniciativas e movimentos de cariz revolucionário após Abril de 1974 e na organização profissional.

A desagregação do SNPSS com a política da unicidade sindical e verticalização dos sindicatos promovida pela Intersindical leva à criação da pró- Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) (MARTINS, 2017 a). O incentivo de José Paulo Netto a esta organização e o compromisso com a organização política da categoria, expressa-se na realização de cursos, ações de formação e atualização sobre “reconceituação do Serviço Social e modelos de intervenção”. Em 1977 e 1978, percorreu o país, galvanizando os assistentes sociais que acorreram a estes «Encontros», constituindo-se em espaços de debate e reflexão sobre as relações sociais capitalistas, a conjuntura sócio-política, o significado do Serviço Social, a crítica ao Serviço Social tradicional e ao conservadorismo, a divulgação da produção de conhecimento das tendências e crise do MRLA. Estimula a criação da revista «Cadernos» da pró-APSS, traduzindo artigos de vários autores nos primeiros números (1977) e publica o artigo «Intervenção Social e Serviço Social» (NETTO, 1978).

A APSS realiza cursos e eventos com participantes e alguns protagonistas do MRLA, como José Paulo Netto, Ezequiel Ander-Egg e Natalio Kisnerman. Os sete números de «Cadernos», até 1980, constituíram o principal veículo de divulgação da produção de assistentes sociais portugueses, mas sobretudo das tendências do Serviço Social reconceptualizado de autores do Uruguai (Herman Kruse), da Colômbia (Juan Mojica Martínez), da Argentina (Ezequiel Ander-Egg, Natalio Kisnerman) e do Brasil (José Paulo Netto e Vicente Paula Faleiros) (MARTINS, CARRARA, 2014).

O embate do processo contra revolucionário no país, o enfraquecimento dos movimentos e lutas sociais e o envolvimento de assistentes sociais leva também a que a intenção de rutura com o conservadorismo não se afirme e se consolide e a influência do processo de renovação do Serviço Social entra em crise (SANTOS, MARTINS, 2016, p.118).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos acima citados ainda são muito aproximativos e requerem um refinamento na leitura e análise. Contudo, ainda que não finalizada, a pesquisa demonstra a importância de buscarmos na história do Serviço Social, em suas

diferentes formações, as possibilidades de contra hegemonia na sociedade de classes. O chamado Serviço Social Radical, bem como, o Serviço Social Crítico dos anos 1960-1980 não alçou hegemonia nos seus países, mas deixou um legado que merece ser resgatado e estudado, principalmente quando nos referenciamos ao Serviço Social brasileiro e sua filiação histórica, teórica e metodológica à teoria crítica dialética, nos possibilitando um diálogo que pode ser frutífero ao Serviço Social mundial.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E. Tradução Renato Nicolai. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 09, 1982.

CARRARA, Virgínia Alves; et al. Trabajo Social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinition y reconocimiento profesional. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 57-72, 2018.

COLOMER, M. **El Trabajo social que yo he vivido**. Ed. Impulso a la acción social y Consejo General de Colegios oficiales de diplomados en Trabajo Social: Barcelona, 2009.

COLOMER, M. **Método Básico de Trabajo Social**. FEISS: Euramérica S.A., 1973.

CORRIGAN, P. LEONARD. P. **Social Work Practice under Capitalism: a Marxism approach**. London: The Macmillian Press LTD, 1978.

DE LA RED, N.; BREZMES NIETO, M. **Introducción al Trabajo Social**. Espanha: Ed.: Alianza, 2003. p. 131-152.

FEU, M. **La construcción del Trabajo Social en España: influencias de la reconceptualización**. In: Alayón, N. (Org). **Trabajo Social Latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización**. Buenos Aires: Espacio, 2007.

HEALLY, Karen. **Trabalho social: perspectivas contemporâneas**. Galiza: Morata/Fundación Paidéia, 2001.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

YAZBEK; Eiras; SANTOS. Os Movimentos Contestatórios no Serviço Social Ibero-europeu e América do Norte no Período de 1960 a 1980. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 22-39, 2017.

PAYNE, M. **Teorías contemporâneas Del Trabajo Social: una introducción crítica**. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Paidós, 1995.

SILVA, M. O. S. O Serviço Social Radical: uma amostra de apoio à transformação das sociedades capitalistas desenvolvidas. **Serviço Social e Sociedade**, n.13, São Paulo: Cortez, 1983.

STATHAN, D. **Radicals in Social Work**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

MATTOS, M. B.; Vega R. (Orgs.). **Trabalhadores, golpes e ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORAN CARRILLO, J.M.; DÍAZ JIMÉNEZ, J.M. La profesionalización del Trabajo Social contemporáneo en España: un análisis socio-histórico desde las aportaciones a los Congresos Nacionales de Trabajadoras/es Sociales 1968-2013. **Documentos de Trabajo Social**, n. 57, 2016.

MUNIESA, B. **Dictadura e Transición**: la España lampedusiana. La dictadura franquista 1939-1975. Barcelona: Ed. Universitat de Barcelona, 2005

VI JORNADAS DE LEVANTE. **Revista de Treball Social**. Col·legi Oficial de TS de Catalunya, n. 58, 1975.

MARTINS, Alcina M. de C.; Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e acção sindical. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 40-56, 2017.

MARTINS, Alcina M. de C.; Os Movimentos contestatários no Serviço Social em Portugal (1960-1980). In: III **Reunião Nacional de Pesquisadores: O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)**. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017a.

_____; TOMÉ, M. R. Serviço Social português e Serviço Social brasileiro: 50 anos de contribuições históricas. In: **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 365-388,

_____; CARRARA, V. A. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.12, n.33, p. 205-227, 2014.

MULLALY, Robert. **Structural social work**. Toronto, 1998.

NETTO, J. P. Intervenção Social e Serviço Social. **Cadernos, Associação de Profissionais de Serviço Social**, n. 3, Lisboa, p. 43-47, 1978.

SANTOS, C. M.; MARTINS, A. et al. Tendências “Críticas” na formação do Assistente Social em Portugal”. In: _____. **Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 109-128

SANTOS C. M; EIRAS, A. Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais: os movimentos contestatórios no Serviço Social europeu e norte-americano no período de 1960 a 1980. In: CONGRESO ESTATAL Y IBEROAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL, 13., 2017. **Anais...** Mérida / Espanha, 2017.

SILVA, P. G. Social workers in the Revolution: Social work's political agency and intervention in the Portuguese democratic transition (1974–1976). **International Social Work**, v. 61, n. 3, p. 425-436, 2016.

WAGNER, D. Movimentos radicais nos serviços sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 35, 1991.

VÉRTICE. Assistentes sociais: profissão em crise ou crise do serviço social? **Vértice**, Coimbra, v. 33, n. 358/9, p. 934-939, nov./dez. 1973.